

INCONΦIDENTIA: Revista Eletrônica de Filosofia
Volume 8, Número 16, julho-dezembro de 2024

Faculdade Dom Luciano Mendes
Mariana - MG



Organizadores

Cristiane Pieterzack
Edvaldo Antonio de Melo
Maurício de Assis Reis

APRESENTAÇÃO

Neste ano de 2024, a Faculdade Dom Luciano, instituição pertencente a Fundação Marianense de Educação, deu início às comemorações dos 280 anos de criação da Diocese de Mariana: a primaz de Minas. A Faculdade é filha deste instituição quase tricentenária. As iniciativas foram implementadas com a realização da VII Semana Dom Luciano que abordou a temática sobre a história da Arquidiocese de Mariana ao longo dos seus 280 anos, que inclui desde a sua criação, destacando os papéis dos bispos, arcebispos, cúria, cabido, seminários, instituições de educação, processos de beatificação arquivos e museus. Além disso, a *VII Semana Acadêmica Dom Luciano* promoveu um resgate histórico-cultural do estado de Minas Gerais, propiciando o conhecimento acadêmico-científico e a prática de pesquisas relacionadas à arte sacra, em suas distintas expressões – arquitetura, música, iconografia, imaginária, retórica, cultura material e intangível.

Com alegria, a Faculdade Dom Luciano Mendes apresenta o novo número da Revista de Filosofia *Inconfidentia* (v.8, n.16). Os artigos do presente volume abrangem diversas áreas da filosofia, a saber, antropologia, moral, política e decolonialidade. Os textos são oriundos dos vários períodos da História da Filosofia e apresentam questões pertinentes para os nossos dias.

No primeiro artigo, intitulado “Antropologia fundamento da ética ciceroniana”, escrito por Dom Edmar José da Silva e Uéverson Cirqueira dos Santos, oferece uma visão panorâmica da antropologia que fundamenta a ética de Cícero, enfatizando sua concepção integral da natureza humana. De acordo com os autores, o estudo revela como Cícero vislumbra o homem em sua complexidade. A análise também aborda a ideia embrionária de pessoa, destacando a importância da razão no agir virtuoso e na construção da vida ética.

No segundo artigo, “Sobre a pessoa humana: alguns problemas atuais”, Jaime Juárez Flores e José Manuel Luna Conde apresentam as questões pertinentes ao conceito de pessoa na atualidade. O texto oferece uma reflexão sobre várias concepções sobre o status da pessoa. Coloca-se em questão o “reconhecimento” e porque implica a ideia de um jogo que delimita o critério para considerar uma pessoa como pessoa. Pode alguém realmente reconhecer outro

“outro” como pessoa? Qual é a base deste reconhecimento? Se propõe uma visão do ser humano a partir da relevância biológica e do seu desenvolvimento social, com o que se trata de esclarecer porque somente o ser humano corresponde apenas ao ser pessoa. Num segundo momento, analisam-se alguns dos problemas atuais que visam a despersonalização como uma relativização do conceito “pessoa”: no início da vida, o uso das pessoas e a morte do ser humano.

No terceiro artigo, “Reflexão sobre a noção do ‘eu’: contribuições a partir de Emanuel Lévinas”, Carlos Rafael Pinto propõe uma reflexão filosófica a partir Lévinas, destacando a perspectiva singular do autor em relação à ética e à responsabilidade frente ao outro. De maneira que, no que se refere à sua filosofia, é crucial compreender a importância que Lévinas atribui à noção de alteridade, considerando que a significação do rosto não acontece sem a presença do eu, estabelecendo algumas conexões com a literatura, a arte, o discurso religioso e a psicanálise.

No quarto artigo, “Religião como política: uma constatação a partir do ateísmo antropológico de Feuerbach”, João Paulo Rodrigues Pereira desenvolve a ideia de religião como política no pensamento do referido autor, demonstrando que essa concepção se fundamenta no ateísmo antropológico, que surge como consequência da própria necessidade da humanidade. O texto está organizado em quatro partes. Na primeira, trata-se da reforma da filosofia a partir de uma crítica à filosofia hegeliana; na segunda, desenvolve-se a ideia de negação da religião como a transformação específica de sua época; na terceira, apresenta-se a concepção de religião como política, na qual o Estado assume o lugar de Deus como providência; por fim, na quarta, apresentam-se os traços do ateísmo antropológico de Feuerbach como fundamento da concepção de religião como política.

No quinto artigo, “Argumento da moralidade a favor do teísmo em C.S. Lewis”, José Alex Maia Machado apresenta um estudo sobre Deus na filosofia, marcado por intensos debates seja para defender sua existência ou para negá-la. Dentre vários autores que trabalham sobre a questão apresentada, encontra-se C. S. Lewis que, através de sua obra *Cristianismo Puro e Simples*, apresenta argumentos para defender a possibilidade da lei natural ser estabelecida a partir de uma visão cristã de mundo.

No sexto artigo, “Giorgio Agamben e o estado de exceção”, Romildo Gomes Pinheiro trata do biopoder em Agamben em debate com Foucault e Schmidt. A argumentação consiste em demonstrar que a leitura de Agamben do biopoder é pautada no abandono da perspectiva de

Foucault por meio de um retorno a Carl Schmitt. Este retorno visa dar conta da história contemporânea num duplo sentido: tanto no mapeamento da generalização do estado de exceção no século XX, notavelmente com o advento do Fascismo e do Nazismo, por meio de uma genealogia do estado de exceção nos momentos bonapartistas da história; quanto na apreensão de uma situação de época qualificada de pós-histórica, com o fim das filosofias da história do século XX.

No sétimo artigo, “O racismo como tema filosófico”, Pamela Cristina de Gois apresenta a discussão atual e de suma importância para a filosofia brasileira: a questão da decolonialidade. De acordo com a autora, apesar dos esforços governamentais, ainda enfrentamos grandes dificuldades para a aplicabilidade da lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena nas escolas públicas e privadas do Brasil. A primeira delas é a formação de professores direcionada para pesquisas relacionadas aos temas em questão. Quando pensamos na filosofia, o problema é ainda maior. A história dessa disciplina continua a ser ensinada nas universidades a partir de um único lugar de origem, no caso, a Grécia. Além disso, a filosofia tem seu escopo de pesquisa direcionado principalmente ao continente europeu, ou seja, de forma geral, não reconhece outros territórios para sua produção epistemológica.

Os Editores:

Cristiane Pieterzack

Edvaldo Antonio de Melo

Maurício de Assis Reis